

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº /2003

(Do Senhor Daniel Almeida)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, tendo como expositores representantes da CBTU, do BIRD, do Governo do Estado da Bahia, da Prefeitura Municipal do Salvador e da empresa CAF/ICF/Dimetronic para discutir sobre o Metrô de Salvador, o problema das tarifas e as repercussões na vida do consumidor do sistema de transportes daquele município.

Requeiro nos termos regimentais a realização de Reunião de Audiência Pública desta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com a participação da CBTU, representantes do BIRD, do Governo do Estado da Bahia, Prefeitura Municipal do Salvador e a empresa CAF/ICF/Dimetronic a fim de que sejam prestados esclarecimentos sobre o Projeto do Metrô de Salvador, o problema das tarifas e as repercussões na vida do consumidor do sistema de transportes daquele município.

JUSTIFICAÇÃO

A cidade do Salvador conta hoje com uma população de mais de dois milhões e meio de habitantes e dispõe de um sistema de transporte extremamente precário e deficiente, e o metrô vem no sentido de qualificar e dinamizar o sistema de transportes, razão pela qual consideramos justa a decisão do Governo Federal de liberar os recursos para continuidade da referida obra, os quais, segundo a imprensa seria na ordem de 63 milhões de reais, só este ano. No entanto, alguns aspectos do contrato estabelecido entre a Prefeitura e o consórcio que ganhou a licitação para gerir o sistema, a empresa espanhola CAF/ICF/Dimetronic, tem nos preocupado.

Trata-se da correção periódica da passagem do Metrô, que entre outras polêmicas, será corrigida levando em consideração o aumento do dólar e do euro, além da possibilidade de majoração caso ocorra qualquer possibilidade de ameaça de concorrência, como por exemplo a existência de transportes alternativos e ou clandestinos, feitos atualmente por vans e kombis. Em suma, o repasse de todos os ônus para o bolso do consumidor, inclusive, que já é extremamente penalizado pelos baixos salários e pelo desemprego que campeia na cidade, colocando-a numa situação de campeã nacional do desemprego.

Diante do exposto e pela complexidade e atenção que o assunto demanda, é que Requeiro desta Comissão a realização de audiência pública a fim de discutir o assunto em epígrafe.

Sala da Comissão, em maio de 2003.

Deputado DANIEL ALMEIDA
PCdoB/BA